

Comunidade em abstrato: um dilema político e ético?*

RESUMO

Este texto trata das comunidades virtuais que se estabelecem a partir da mediação tecnológica da Internet considerando as características da pós-modernidade. Para tanto o autor investiga as implicações éticas e políticas da ascensão das culturas desencarnadas.

ABSTRACT

In this paper the author examines the growth of virtual communities stimulated by the Internet taking into account the postmodern perspective, as well as ethical and political implications of that phenomenon.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Comunidades Virtuais (Virtual communities)
- Ética (Ethics)
- Pós-modernidade (Postmodernity)

Em cada lado do espectro político, hoje nós vemos uma temerosa desintegração social e um chamado para o ressurgimento da comunidade. (Giddens 1994, p.124)

EM UMA ERA em que as pessoas têm mais capacidade – através da comunicação auxiliada tecnologicamente – de estar interconectadas através do espaço e do tempo do que em qualquer outro ponto da história, um indivíduo pós-moderno na sociedade ocidental contemporânea está se sentindo paradoxalmente cada vez mais isolado e está buscando novos modos de entender e experimentar uma harmonia social significativa. A nostalgia contribui para essa busca. A representação da memória das comunidades estilo anos 1950, momento em que a ordem moral, social e pública “floresceu”, contrasta com a das formas sociais presentes, retratadas como caóticas, moralmente empobrecidas e narcisistas. Contudo, e ao menos na teoria, há também um desejo de formular modos mais enriquecedores de nos conhecermos através de “relações” que escapam das dificuldades das antigas e restritivas formas de comunidade.

Muitos estão olhando para uma forma de “estar juntos” vista como portadora de valor e, mesmo, necessária. Ao voltarmos para a tecnologia, deparamo-nos com a possibilidade das comunidades virtuais serem uma solução potencial [de nossos problemas]. As comunidades virtuais – ou comunidades experimentadas através da mediação tecnológica da Internet, que possivelmente serão ampliadas no futuro pelas tecnologias de realidade virtual – são representadas por alguns como uma forma de comunidade pós-moderna. Pintam essas comunidades virtuais como sua resposta teórica à procura por uma experiência menos excludente ou repressiva de comunidade. Talvez se prove que venha esse a ser o caso. Mas outros

Michele Wilson

Monash University

teóricos estão inquietos quanto a se a fé no potencial único, “liberatório” e interconectivo do virtual fornecerá uma visão adequada das futuras comunidades. Com isso não se quer afirmar que as celebrações de tal forma de comunidade a propõem como a única forma a ser praticada ou experimentada, já que, em algum grau, as formas “mais antigas” continuarão a existir. Como as relações entre formas novas e antigas são modeladas é algo que requer maior elaboração e atenção crítica.

Em vista da confiança que a sociedade tem na tecnologia como forma de resolver seus problemas, tanto o ceticismo quanto um exame maior em relação às alegações que cercam as comunidades virtuais fazem-se necessários. Parece plausível que a ânsia por comunidade, evidente na pós-modernidade, é na verdade parcialmente motivada pela experiência e as atribuições resultantes de se ser um “indivíduo” dentro de uma sociedade organizada e auxiliada tecnologicamente.

Como tal, é interessante notar que existem semelhanças entre as direções tomadas pelas teorias da comunidade formuladas dentro e fora do âmbito tecnológico. Se alguns vêem a solução como tecnológica e outros, embora igualmente preocupados com a questão da significação da comunidade, evitam o tópico da tecnologia completamente, para ambos o mesmo tipo de questão precisa ser feita: a saber, se, ao encarar as dificuldades apresentadas pelas antigas conceituações de comunidade, os teóricos não estão levando a complexa noção de comunidade a um entendimento superficial e unidimensional da interação humana.

O que eu quero sugerir é que, através da retirada da comunidade de uma arena política e social corporificada – seja para alojar-se dentro de uma abstração filosófica ou para tornar-se uma interação incorpórea e tecnologicamente sustentada, pode bem ser que se esteja tornando impotente e irrealizável nossa preocupação ética ou política com o Outro.

Nesse caso, a “comunidade” é produzida como um ideal, ao invés de uma realidade, senão algo que termina completamente abandonado.

Tecnologias da Individuação

Investiga-se neste texto as implicações éticas e políticas da ascensão das culturas desencarnadas. Fazer isso requer distinguir as aplicações das tecnologias de comunicação e informação nas áreas de administração, vigilância e comunicações. Existe, é claro, justaposição significativa entre estas áreas. Pelo bem da simplicidade, eu me referirei a dois “tipos” de tecnologia de informática: as tecnologias de sistema ou bancos de dados usados por setores públicos e privados e a Internet.

Os bancos de dados são usados por instituições visando a acumular, combinar e criar informação sobre todas as facetas da vida (incluindo a vida privada das pessoas). Estes sistemas operam desde locações diversas, descentralizadas, muitas vezes com intenções ou orientações diferentes. Os sistemas de bancos de dados estão se tornando cada vez mais interconectados e sofisticados, assumindo a forma de um sistema de informação global, capaz de análise infinita, profiling (criação de perfis de usuários) e combinações de informação. Isto tem conseqüências para a subjetividade dos atores sociais através da criação de um panóptico tecnologizado. O indivíduo ocidental cada vez mais experimenta sua vida como algo monitorado pela tecnologia: é pego por uma câmera veloz; capturado em vídeo enquanto faz compras; monitorado para ser mais eficiente no trabalho por técnicas de vigilância tecnológica; e gravado fazendo um empréstimo que é, então, ligado a outras transações financeiras e práticas de compra, para ser inserido nas estatísticas demográficas. Estes são apenas alguns exemplos de vigilância contemporânea. A vigilância contínua, embora muitas vezes impossível de se verificar, e tem implicações, como Foucault

(1977) nota em *Vigiar e Punir*, no fomento das práticas de normalização. O poder da norma refere-se ao processo pelo qual um sujeito se auto-impõe ou interioriza normas e comportamentos particulares, para se adequar a uma compreensão autopercebida (mas construída socialmente) de normalidade. Este processo é acentuado pela percepção pelo próprio sujeito da profundidade e natureza pervasiva de sua visibilidade. Os bancos de dados projetam seu olhar através do espaço disciplinar, permitindo uma vigilância mais difusa e mais pervasiva de cada sujeito do que era possível anteriormente.

O sujeito sob vigilância é universalizado, reduzindo-se a um arquivo entre tantos, mas também individualizado, ao passar a ser pessoalmente identificável, prisioneiro de um espaço-tempo visualizado de maneira constante pelos bancos de dados. Arquivos podem ser recuperados a qualquer momento, com um simples comando digitado em um terminal de computador. Isso tem o potencial de “compartmentalizar” o indivíduo, separando-o dos outros, através das qualidades analíticas do olhar.

Os bancos de dados são percebidos como um modo de ajudar o vigilante. Dado que esse geralmente é, de algum modo, uma instituição, visualizar aqueles que estão fora (ou trabalhando dentro) de seu sistema é algo que geralmente invoca as imagens do Grande Irmão de Orwell – senão a de seus muitos “pequenos irmãos”. A tecnologia será orientada no sentido de oferecer controle, através do acúmulo e da análise de informação. Dentro do campo informacional, a informação em si converte-se em uma entidade, passível de ser movimentada, manipulada e transformada sem ligação com seu objeto de referência.

A Internet também permite que a informação seja movimentada, manipulada e transformada, pondo em questão a autoria e autenticidade do material original. Em contraste com os bancos de dados dos sistemas de informação, a Internet,

todavia, tende a ser mostrada como uma tecnologia libertadora. As informações que oferece são acessíveis para muitos usuários e ela é interativa em sua forma de funcionamento. A Internet permite a ampliação de muitas atividades cotidianas. Ela é utilizada na coleta de informações, na discussão de tópicos sociais e acadêmicos, na disseminação de olhares e na realização de transações comerciais. Como os bancos de dados, a Internet não é limitada por fronteiras e é cada vez mais acessível em uma escala global. É um sistema de comunicação diverso, descentralizado, com input ilimitado – qualquer um que está conectado a rede pode participar do sistema, resultando em desenvolvimento aparentemente descontrolado e imprevisível. Algumas instituições vêem isso como potencialmente ameaçador, levando-as a expor na mídia suas atividades “ilegítimas” ou socialmente destrutivas, tanto quanto as tentativas feitas por políticos de lidar com este assunto através de discussões sobre censura e regras. No entanto, essas instituições também buscam um maior envolvimento com a tecnologia, desenhando novos modos através dos quais os usuários podem fornecer informações, sem saber, sobre si mesmos e o que fazem, contribuindo assim para sua própria vigilância. Howard Rheingold constrói o cenário concebível para aqueles que são pobres de informação, ou têm acesso limitado à tecnologia: a Internet lhes é oferecida gratuitamente em troca da desistência de partes de sua privacidade pessoal ou o controle sobre suas informações privadas (Rheingold 1993: 293-4). Construtos tecnológicos como mecanismos de busca (search engines) artificiais estão aumentando tanto em habilidade quanto em número e podem muito bem ser capazes de criar perfis e registros das atividades individuais e seu comportamento dentro das comunidades virtuais. Neste caso, a Internet também opera como um banco de dados.

Marcando deste modo as

semelhanças entre a Internet – em termos não apenas de seu potencial, mas também de sua atual capacidade – e os bancos de dados, sugere-se que a aplicação à tecnologia de termos como “controladora” e “liberatória” é arbitrária. Obviamente, a tecnologia em si não é controladora ou liberatória; os usos culturais e sociais a que ela serve é que podem sê-lo. Quando a Internet opera como um banco de dados interconectado, ela tem um potencial para criar modos panópticos de relações de reconhecimento tanto quanto o tem para melhorar nosso sentimento de liberdade e mobilidade. A Internet conecta e desconecta indivíduos ao mesmo tempo. Na condição de paradoxo da “conectividade”, da participação com outros em um espaço virtual, essa tecnologia desconecta o indivíduo das interações corpóreas que o cercam. Apesar de não poder individualizar através de operações de vigilância no mesmo grau atualmente permitido pelos bancos de dados, a interação através da internet todavia aumenta a natureza solitária da participação individual como uma atividade ao mesmo tempo singular e universalizada.

Igualdade, fraternidade e liberdade em uma comunidade virtual?

As comunidades virtuais são formadas e funcionam dentro do ciberespaço – o espaço que existe dentro das conexões e redes de tecnologias de comunicação. Um número crescente de escritores as apresenta como formas novas e excitantes de comunidade, que liberam o indivíduo das amarras sociais da identidade corporificada e das restrições de espaço encarnadas geograficamente; que nos equalizam através da remoção das estruturas hierárquicas corporificadas; e que promovem uma sensação de conexão (ou fraternidade) entre os participantes interagentes. Assim, as comunidades virtuais são retratadas como a epítome de

uma forma de comunidade pós-moderna, dentro das quais a multiplicidade do eu é reforçada e suas diferenças proliferam sem as inibições oriundas das estruturas sociais exteriores.

As comunidades virtuais existem dentro das listas de discussão, dos grupos de debate, dos Muds, Moos e outras redes interativas. A interação é conduzida predominantemente por meios textuais. As descrições, ações e locais de reunião são todas comunicadas textualmente, produzidas por um teclado. Isso certamente irá mudar com o tempo, considerando a crescente sofisticação da tecnologia de realidade virtual e as contínuas melhorias nas tecnologias gráficas e de vídeo (como as de videoconferência). No entanto, embora a informação visual esteja limitada a descrições baseadas em texto, a informação sensorial esteja em grande parte excluída da interação, o “participante” ou membro da comunidade é capaz de mostrar a si mesmo em qualquer formato, forma ou gênero que deseje. Os participantes de comunidades virtuais podem escapar de suas próprias identidades corporificadas e, de acordo com isso, de quaisquer iniquidades e atitudes sociais ligadas às várias formas de nossa encarnação. Raça, gênero ou defeito físico são indiscerníveis na Internet. As bases para fazer discriminação incorporada são removidas, facilitando a participação e dando a cada participante um igual status dentro da rede de comunicação.

A libertação referida também pode ser conquistada em relação às amarras do espaço geográfico, na medida em que o lugar físico do “corpo” do participante é transcendido, através da ampliação da interação dentro do ciberespaço, comprimido em uma mídia capaz de fácil transversalidade. Assim, as comunidades virtuais também podem ser vistas como um meio de superação do isolamento inerente à vida contemporânea, onde as pessoas não conhecem seus vizinhos físicos, não se envolvem nas decisões de sua cidade

e, muitas vezes, trabalham em casa. Trata-se de uma “solução” que ignora a natureza fisicamente isolada da participação: apenas a mente é colocada em interação mútua. Vale notar que os participantes em comunidades virtuais muitas vezes sentem necessário reforçar/complementar suas relações desencarnadas simulando, em um nível ritual, os contatos mais carnis ou sensoriais. Por exemplo, os participantes do WELL – uma comunidade virtual na Internet – fazem piqueniques reais e promovem encontros sociais regulares, procurando desenvolver uma compreensão mais completa de cada um em tais encontros.

A percepção de anonimato nos é apresentada como mais uma vantagem pelos proponentes da comunidade virtual. Liberados do olhar normativo das instituições e da sociedade, a identidade não pode ser verificada, ligada ao usuário de carne e osso. O comportamento não pode ser restringido por normas e valores do “espaço real”. O grau de anonimato realmente conseguido, todavia, é questionável, e terá de enfrentar provações à medida que os provedores de informação e os interesses comerciais criarem meios mais efetivos de acumulação de informação sobre os usuários de redes. Além disso, a confusão dentro de algumas comunidades – resultante da identificação do anonimato com ausência de responsabilidade – levou-as a requerer que seus participantes indiquem algum tipo de identificação estável. No Well, por exemplo, os participantes são obrigados a vincular todas as suas formas de apresentação com uma mesma identidade de usuário, permitindo-se assim que suas identidades sejam verificadas (Rheingold, 1993). A necessidade de um tipo de ordem dentro da interação levou algumas comunidades a sacrificar os aspectos libertários do anonimato em favor da responsabilidade. O registro e o arquivamento das interações também criam “traços históricos” do protagonista, diminuindo sua capacidade em interagir sem identificação, devido

à memorização de seu comportamento passado das frases que pronunciou.

Existem guias normativas dentro dessas comunidades e a vigilância – apesar de modificada – nelas se aplica. Marc Smith escreve que, como nas comunidades do “espaço real”, as comunidades virtuais precisam invocar e manter o compromisso de seus membros; monitorar e sancionar comportamento; e levar adiante a produção e distribuição de recursos essenciais (HREF 1). Existem regras específicas ligadas a cada comunidade, com as quais os participantes devem concordar, para manter seus direitos participativos. Muitas dessas regras são criadas ou pelos próprios participantes ou, mais freqüentemente, pela(s) pessoa(s) que criaram o espaço comunitário. Por exemplo, em grupos de conferência, o “hospedeiro” tem o controle sobre os tópicos discutidos e o comportamento permitido aos participantes da conferência, a ponto de certos tópicos e usuários poderem ser banidos, se necessário.

A questão da ética, ou uma noção de bem comum, dentro das comunidades virtuais em si (ou mesmo dentro da noção de comunidades virtuais) está relacionada com a existência desse tipo de guias normativas que mencionei. Teóricos comunitaristas como Sandel, Taylor e MacIntyre se preocuparam em pensar a importância de uma certa noção de bem comum para comunidades do “espaço real”. Eles examinam a encarnação das éticas e das normas nas instituições nas práticas de tais comunidades.

Nessa ótica, seria o caso de se pensar se não é algo semelhante à obtenção de uma iluminação espiritual que é vendida comercialmente com o uso de tecnologias da informação. A recente campanha publicitária de televisão da IBM, “Soluções para um Mundo Pequeno” (Solutions for a Small Planet.), revela uma tentativa de ligar suas tecnologias ao ethos que guia os atuais movimentos de espiritualidade New Age. Duas mensagens são

mostradas através destes anúncios – uma usando freiras e outra, monges, ambos tão excitados pelas capacidades do computador que este interrompe, senão toma o lugar de suas contemplações espirituais. Primeiro, os anúncios sugerem a possível realização de uma experiência espiritual, já que a contemplação religiosa significa ou é mesmo substituída pelo uso de tecnologia. Segundo, o próprio termo “mundo pequeno” sugere consigo as possibilidades de interconectividade e acessibilidade universais. Com esta tecnologia, o espectador pode rapidamente inferir, é fácil se conectar com todo o mundo, ao invés de ficar perdido em um oceano de isolamento e alienação: uma variação do clichê “que mundo pequeno”, que se costuma usar quando se encontra alguém familiar em um local improvável. O comercial enfatiza a transversalidade e a compressão do espaço em um conceito ou experiência mais manejável socialmente. Espécie similar de sugestão sustenta a ênfase comunitária dada às tecnologias da interatividade. Usando estas tecnologias, sugere-se, o global pode se tornar tão manejável e familiar como sua comunidade local (a comunidade que você, nostalgicamente, perdeu)..

Esta mensagem de maneabilidade e familiaridade parece ser manuseada de modo acrítico por todos os entusiastas de comunidades virtuais. Eles vêem a boa vida como algo alcançável através das oportunidades dadas a identidades flexíveis e desencarnadas, livres em relação ao tempo e espaço geográficos, e não mais dependentes de outros “significativos”. Resulta daí que o que é significativo para eles são as formas de participação. A ênfase na multiplicidade e na escolha ressalta os procedimentos, celebra a habilidade em escolher identidades e lugares, mas não explica a natureza da boa vida em si mesma.

No entanto, as comunidades virtuais também devem ser compreendidas como múltiplas e diferenciadas, tornando

impossível delinear aqui as qualidades ou entendimentos de todas elas com objetivo de generalização. Qualquer análise da comunidade virtual precisa proceder em dois níveis diferentes, apesar de ligados em última instância: precisamos fazer uma análise das potencialidades da tecnologia que permitem às comunidades virtuais existirem em sua forma presente; e uma análise da forma específica de cada comunidade virtual. A primeira ajuda a identificar as capacidades e meios de todas as comunidades dentro do espaço virtual, permitindo certas generalizações; já a segunda se concentra na especificidade de cada comunidade virtual, com suas normas e regras particulares.

[Penso que] o que é promovido como parte da boa vida, via a tecnologia, é a ênfase na capacidade de escolha. Dentro de uma comunidade virtual, os indivíduos são capazes de escolher o nível ou grau de interação social. As pessoas podem escolher quando participar, podem escolher seus graus e padrões de envolvimento com outros – enquanto aqueles com quem eles querem se envolver concordarem. Casamentos acontecem, relacionamentos “sexuais” são construídos e relações hierárquicas e administrativas são criadas. Como nota Sherry Turkle: “As mulheres e os homens contam que as salas e labirintos de Muds são mais seguros que as ruas das cidades, que sexo virtual é mais seguro que sexo em qualquer lugar, que as amizades em Muds são mais intensas que as amizades reais, e que quando as coisas não dão certo você sempre pode ir embora” (1995: p.244, ênfase minha). Os relacionamentos podem ser quebrados em qualquer ponto pela simples retirada do personagem/ identidade, deixando-nos pensativos a respeito do nível e profundidade dos compromissos ou investimentos feitos nestes relacionamentos.

Os indivíduos também podem escolher ter vários personagens dentro de uma comunidade, ou pertencer a várias

comunidades, ao mesmo tempo. Destarte, as pessoas continuamente “passeiam” de um personagem a outro, assim como passeiam entre várias comunidades. Isso já levou alguns observadores a retratar as atividades de “construção de personagem” como análogas às de “passear”, conforme a descreve a teoria pós-moderna, com sua ênfase nas idéias de multiplicidade e de navegação nas superfícies (Turkle 1995: pp.44-45). Porém, isso não é diferente da multiplicidade de participações, papéis sociais e identidades que os indivíduos mostram na sociedade moderna, apesar do ritmo de transição entre elas, neste caso, não ser tão instantâneo como no ciberespaço. Tal instantaneidade acelera as habilidades gerativas necessárias para se assimilar rapidamente as “roupas” de cada personagem e pode mesmo afetar a experiência e os meios de se relacionar com o mundo de cada pessoa. Podemos comparar estes passeios como “zapear” na televisão: ambos estão em busca permanente de estímulos mais gratificantes. Jonathan Crary nota que, “de maneira fundamental, estão nos inculcando como ‘natural’ a idéia de que devemos mudar nossa atenção rapidamente de uma coisa à outra” (1995: p.66).

Pode-se perguntar se estamos nos tornando viciados sensoriais perpetuamente em busca de novas experiências; ou seja, se esta busca por estímulos constantes, mas aparentemente superficiais, está levando à promoção de formas de gratificação instantânea, às custas de uma investigação e compreensão mais comprometidas, complexas e significativas do mundo. Em termos de interação dentro de uma comunidade virtual, a ênfase está na fluidez e na escolha de associações em um espaço social. A interação é abstraída de particularidades mais concretas e encarnadas, tendo lugar dentro de um ambiente modelado pelos próprios atores. O “afrouxamento” das conexões pode parecer libertador, mas isso leva a uma desvalorização de muitos aspectos

positivos e ontologicamente importantes destas mesmas conexões. Parece, por exemplo, contraditório relevar os aspectos enriquecedores das comunidades virtuais, se desvalorizarmos ou ignorarmos relações como aquelas que existem entre pai e filho e que muitos teóricos vêem como fundamentais para manter qualquer comunidade. Como David Holmes (1997) tão habilmente faz a analogia, os participantes de comunidades virtuais são como mensagens em garrafas, flutuando aleatoriamente nos oceanos, esperando ser colhidos – uma noção que se relaciona com o retrato pós-moderno do eu múltiplo da atual sociedade (Holmes 1997: pp.37-38). Que não existem ligações ou conexões “entre” essas garrafas, além da comunicação ao redor de certos interesses, não é motivo de ansiedade dentro de comunidades virtuais.

Antes pelo contrário, as alegações libertárias e pós-modernas sobre as comunidades virtuais baseiam-se numa promoção desse anonimato que permite a construção de identidades flexíveis, múltiplas e anônimas e a alteração das experiências espaciais e temporais. O que se descreve em formulações muito utópicas é a habilidade de “brincar” com a identidade e de promover a comunicação e a reunião de informação. Sugeriria de minha parte que a dissolução ou fragmentação do sujeito e a natureza instantânea e transiente de suas conexões desconectam ou abstraem o indivíduo tanto da ação física quanto de um sentido de responsabilidade social e pessoal para com os outros. Podemos extrair um exemplo um tanto superficial do livro de Sherry Turkle, *Life on the Screen* (Vida na Tela). Turkle descreve um participante de uma comunidade virtual ativamente envolvido nas maquinações políticas da cibersociedade, mas também completamente apático e desligado da situação política que o cerca em sua vida “desconectada” (ou localmente encarnada), a ponto de não se importar em participar de uma eleição local para o senado (Turkle

1995: p.242).

Blanchot nota um ponto semelhante, ao falar sobre as experiências desencarnadas do sistema de broadcasting:

O mundo todo nos é oferecido, mas por um olhar... Por que tomar parte em uma demonstração de rua se no mesmo momento, seguros e descansados, podemos estar na demonstração [manifestação] graças ao televisor? (Blanchot 1993: p.240)

No entanto, experimentar realmente a participação em uma demonstração e ser cercado pela ação, pelo barulho, pelo cheiro da multidão, é uma experiência mais complexa e envolvente da que a conseguida através de uma tela de televisão. Embora as comunidades virtuais possam ser interativas, elas não requerem nem compromisso físico (além de mexer com o teclado), nem extensão moral, política ou social além da rede. Daqueles que usam a Internet e comunidades virtuais, apenas uma pequena percentagem participa ativamente. O resto opera de uma posição voyeurística ou “de platéia”, semelhante àquela praticada ao se assistir à televisão.

Como outros os elementos são filtrados pela dependência às descrições baseadas em texto, a natureza da interação on-line é muito focada. A atenção é colocada apenas no ato da comunicação, conforme percebido através da interpretação visual do texto. Tal coisa conduz à afirmação de que relações na Internet são mais intensas que aquelas no espaço real. De algum modo, essa visão da interação dentro de uma comunidade virtual poderia ser comparada à idéia de um bar de solteiros, parece haver em ambos uma mesma singularidade de propósito. Acontece que tal intenção singular não se equaciona bem com a experiência complexa de intimidade. De qualquer modo, uma analogia bem diferente sobre

interação com um propósito singular, tendo um resultado muito diferente, também pode ser feita facilmente usando-se o exemplo da demonstração na rua dado por Blanchot.

Anthony Giddens escreve: “A intimidade... não é, como alguns já sugeriram, um substituto para comunidade, ou uma forma degenerada desta; é a própria mídia pela qual um sentido do comunal é gerado e continuado” (1994: p.127). A questão é se a intimidade pode ser conseguida em um espaço público como a internet, apenas com representação baseada em texto e imaginação. Precisamos perguntar se “comunidade” pode ser definida suficientemente pelas maquinações de seres aplainados e esvaziados que interagem através de texto pelo ciberespaço; ou se, ao remover as dificuldades e limitações de comunidades mais tradicionais, nós também não estamos tirando muitos dos fatores que “tornam” a comunidade significativa para seus participantes.

Ao falar destes assuntos, é instrutivo também consultar trabalhos recentes de teóricos da comunidade trabalhando fora do debate tecnológico. Para este fim, um pensamento contemporâneo de Jean-Luc Nancy, quando levado à análise de comunidades virtuais, permite certas analogias e observações úteis. Como quero mostrar, existem semelhanças entre a cultura de comunidades virtuais e as ênfases teóricas de Nancy. Ambos destacam a multiplicidade da experiência e os perigos de se prescrever formas particulares de comunidade e identidade. Ambos também podem encontrar dificuldades em interpretar uma ética política preocupada com o Outro.

A comunidade segundo Jean-Luc Nancy e a comunidade virtual:
uma comparação

Enquanto a noção de comunidade está passando por um ressurgimento de

interesse, muitos teóricos ainda assim ignoram as implicações de vivermos e experienciaros a nós mesmos em um mundo cada vez mais dependente da tecnologia. Albert Borgmann explica que a dependência e uso diário da tecnologia pela sociedade se tornaram padrão.

“Quando um padrão está tão firmemente estabelecido, ele também tende a se tornar invisível. Existem cada vez menos contrastes contra os quais ele se estabeleça; comprometendo-nos com objetivo correlatos, ele consegue uma força objetiva e impessoal.” (Borgmann 1984: p.104; ênfase da autora)

O paradigma tecnológico se naturalizou e tornou-se tão pervasivo que ele parece invisível ou, pelo menos, inevitável. Mas capacidades e usos tecnológicos têm impacto na subjetividade do indivíduo ocidental. A incapacidade de considerar os efeitos tem conseqüências para a propriedade de certas teorias de comunidade. Assim, apesar de ignorar as influências tecnológicas, as formulações avançadas por alguns teóricos da comunidade revelam semelhanças convergentes com as dos proponentes das comunidades virtuais. Mostraremos que as compreensões tecnológicas e não tecnológicas da comunidade vêm sendo abstraídas em relação a uma forma encarnada “realizável” de comunidade, seja como um esquema ontológico (como é o caso com Nancy), seja como uma experiência em rede on-line (como no caso das comunidades virtuais).

Nancy rejeita o conceito tradicional de comunidade como um agrupamento ou ponto de condensação ao redor de uma essência e uma identidade fixa. A comunidade representada assim é uma “comunidade como comunhão” (Nancy 1991: p.15). Tal forma de comunidade restringe-se a um grupo de pessoas reunido em uma forma monolítica de

identidade, suprimindo as diferenças e promovendo práticas exclusivas. Nancy defende, ao contrário, que a comunidade seja compreendida como um compartilhamento incompleto de relação entre os seres humanos. Para ele, o ser humano não é algo comum, porque difere com cada experiência de existência, mas ser tal é algo em comum: é no em onde a comunidade “reside”. A comunidade deve ser “encontrada” no limite onde seres singulares se encontram. O perigo está em prescrever ou categorizar uma essência ou forma para a comunidade e os seres que ela envolve.

Algumas semelhanças podem ser notadas entre as manobras teóricas de Nancy e aquelas que celebram as comunidades virtuais. A discussão de Nancy enfatiza a fluidez e singularidade do ser humano e a importância das relações entre eles. A ênfase na ausência de ligações ou laços entre estes seres permite uma forma não-prescritiva de relações. Semelhantemente, os defensores das comunidades virtuais argumentam pela multiplicidade, diferença e fluidez da experiência, apesar de posicionarem este argumento dentro de uma noção de seres/identidades autoconstituída múltipla, na qual os vários seres de um sujeito podem pertencer a uma ou muitas comunidades, além de poderem se mover livremente em toda ou qualquer uma destas. Assim como Nancy, eles querem evitar prescrever formas particulares de comunidade e identidade. Ambas orientações compreendem e encorajam, pois, um conceito de comunidade que promove relações livres de restrição. No entanto, parece haver também diferenças importantes, e estas merecem maior elaboração.

Nancy não aceitaria o argumento da comunidade virtual de que uma multiplicidade de identidades permite uma experiência mais rica de comunidade. Ao contrário, para ele, a identidade seria vista como algo que reside mais na natureza do

trabalho, como uma “fixação” que se impõe aos indivíduos. Portanto, seria algo aberto aos perigos do totalitarismo, da opressão e da morte/redução da comunidade (Nancy 1991). Isto se assemelha ao argumentado em *The Coming Community*, de Giorgio Agamben. Agamben tenta fazer uma compreensão da comunidade que não dependa da idéia de identidade, nem de membros pertencentes a algum tipo de particularidade. A identidade envolve a acentuação de características particulares e a supressão de outras. Agamben usa o termo “qualquer singularidade” para enfatizar as características únicas e singulares de cada ser humano. “Qualquer singularidade” não pertence a qualquer grupo particular, nem mesmo a uma designação lingüística (Agamben 1991). Nancy leva em conta intenção semelhante em seu trabalho, visando a evitar a prescrição de uma essência para seus seres singulares ou suas comunidades.

Nancy diz que um foco no sujeito destrói o conceito de comunidade. Ele chama a atenção para o significado da relação entre os seres, ao invés dos próprios seres humanos. Seres singulares não são totalidades fixas: eles existem em e através de suas relações com outros seres singulares. Na verdade, o uso do termo “seres singulares” enfatiza as diferenças entre estes seres, sua multiplicidade e suas relações. Um ser singular “termina” no ponto em que é exposto a outro ser singular (ou seres singulares) (Nancy 1991: p.27). Este é o limite onde há a possibilidade de um ser singular e outro existirem simultaneamente. É onde uma consciência tanto de separação quanto de junção existe ao mesmo tempo. Usando estes conceitos para discutir a comunidade e denunciar a existência do “indivíduo” como uma totalidade absoluta sem relações, Nancy pretende destacar as relações entre estes seres. Para ele, o foco da comunidade está no relacional: a necessidade ontológica do relacional e, ao mesmo tempo, a diferença existente em

cada uma de suas experiências. Assim, diz ele, apesar do medo em sentido contrário, nós nunca podemos perder a comunidade.

Essa alegação reconhece o caráter único dos outros seres humanos e impõe uma responsabilidade ética implícita para permitir e respeitar diferenças. Ignorar estas diferenças ou tentar consumá-las dentro de um todo totalizado é destruir a experiência da comunidade. É precisamente este foco em relacionamentos e uma consideração ética pelo Outro que não tem desenvolvimento adequado nas análises de comunidades virtuais. Se a ênfase da análise da comunidade está no indivíduo e os efeitos em e para o indivíduo, então o outro é objetificado, tornando-se um instrumento utilitário para a aquisição dos fins próprios de cada indivíduo. Compreender o relacionamento desse modo falha em reconhecer a importância do outro na constituição do eu, e a importância de relações entre o eu e o outro para o funcionamento da comunidade. Qualquer possibilidade de uma responsabilidade ética pelo outro encontrada pelo eu (onde esse eu faz frente a uma experiência formativa ou limitante) é negligenciada. Deixando de delinear a possibilidade de uma ética só pode, só se acentua ainda mais a compartimentalização e a totalização do indivíduo, apesar do potencial para fluidez e multiplicidade de relações aberto pela tecnologia.

À luz da percepção de que a teoria pós-moderna levanta sobre a supressão da diferença e do outro, esse é um ponto importante. Em comunidades virtuais, fazemos frente a uma descrição de comunidade em que os participantes parecem autônomos, auto-indulgentes e buscando auto-satisfação. Relata-se que os seres flutuam livremente e seus encontros com outros podem ser formativos; mas estas relações não são elaboradas suficientemente.

Obviamente há uma necessidade de existirem outros personagens para permitir a interação dentro destas comunidades. Na

verdade, é a habilidade de interatividade que está sendo celebrada e nela é que se funda o significado para os participantes. A celebração é expressa em termos das possibilidades para o sujeito destas relações. Esta ênfase pode ser atribuída em parte à relutância de descrever ou prescrever uma forma particular de relações e, nesse sentido, deixa aberto o caminho para experiências múltiplas e variáveis acerca do relacional. Por sua vez, isso pode explicar por que muitos teóricos, mesmo quando eles se preocupam com uma idéia de comunidade virtual, estão mais dispostos a focarem mais nas potencialidades permitidas pela tecnologia do que nas relações da comunidade.

Outra diferença entre Nancy e os defensores das comunidades virtuais está no tipo de atenção dada às noções de subjetividade. Apesar de uma certa ambigüidade acerca de seu conceito de seres singulares, Nancy firma sua análise como ontológica. Seus seres singulares podem ser descritos como essencializados e a-históricos. As forças históricas e culturais não são atribuídas a uma influência formativa sobre os seres singulares. Ao mesmo tempo, nenhuma essência é reservada a estes seres, já que cada um experimenta a si mesmo diferentemente. Embora carente de generalizações e classificações opressivas, tal entendimento torna qualquer crítica de singularidade e comunidade extremamente difícil. Também torna redundante toda análise situada historicamente da comunidade, já que a comunidade é assumida como sendo insensível a tais influências. Os comunitários virtuais, por outro lado, direcionam suas vistas aos efeitos subjetivos dos discursos e práticas permitidos através da aplicação tecnológica. Para escritores como Turkle e Poster, há uma ênfase nas subjetividades múltiplas em que experiências diferentes, papéis sociais e interações (linguagens ou discursos) resultam na experiência de identidades diferentes. Estes eus podem

ser descritos como mais situados e não-essenciais do que os seres descritos por Nancy. No entanto, esse retrato de múltiplos eus é reducionista. Ele abole a complexidade e profundidade do processo de formação do eu, ao limitar as influências percebidas neste processo a eventos e experiências singulares e à possibilidade de multiplicidade infinita (não-relacionada). Ele também falha em explicar adequadamente as possíveis implicações para o sujeito descentrado da multiplicação de eus resultante das mudanças culturais e históricas. Assim, embora o viés tomado possa ser claramente distinguido do de Nancy, a crítica de a-historicismo também lhe pode ser aplicada.

As relações entre os vários eus dos integrantes da comunidade virtual requerem maior elaboração, assim como a questão de quão integrados eles são (se o são de algum modo). Integração não implica necessariamente centralização. É simplesmente uma afirmação contra a insularidade destes seres e, assim, um reconhecimento de seus efeitos no outro e com outros. Como explica Marc Smith:

“Apesar das qualidades únicas dos espaços sociais encontrados nos mundos virtuais, as pessoas não entram em novos terrenos de mãos vazias. Nós levamos conosco a soma total de nossas experiências e expectativas geradas em espaços sociais mais familiares”. (HREF 1: p.138)

No espaço virtual, novas experiências e entendimentos podem ser gerados, levando à possibilidade – ou expectativa – de que estes novos entendimentos afetarão nossos outros eus (ou, como pode ser interpretado, outros aspectos do ser). Parece um argumento persuasivo que cada eu existente “dentro” de um sujeito (descentrado ou não) deve impactar nos outros eus, forçando alguma forma de compromisso e modificação entre

eles. Práticas contraditórias precisam ser autojustificadas – possivelmente inconscientemente – e relegadas a uma esfera particular ou forma de apresentação do eu. Por exemplo, o modo como uma pessoa se comporta quando interpretando um papel social particular pode ser considerado aceitável apenas enquanto levando a cabo aquele papel. Ainda assim, algum comportamento necessário para o papel também pode ser completamente contraditório e irreconciliável com as expectativas e comportamentos de outros papéis na vida da pessoa. Deixar de obter essa conciliação entre estes eus, de algum modo, parece levar à confusão e desorientação. Jane Flax defende que este é, em regra, o caso, sugerindo que os indivíduos esquizóides e a ponto de ruptura, por exemplo, não têm a fluidez subjetiva capaz de permitir que a reconciliação e modificação dos seus eus aconteçam, donde resultam suas dificuldades em atuar dentro da sociedade (Flax 1993).

Algum nível de coesão entre os eus ou, de outro modo, uma subjetividade unitária fluida – apesar de por vezes contraditória – pode ser defendida. Anthony Cascardi escreve que “as contradições dentro da modernidade estão alocadas dentro do sujeito dividido, que pode agir em diferentes papéis funcionais e como um membro de vários grupos sociais e que podem falar em diferentes vozes, quando busca fins diferentes ou quando faz diferentes alegações de valor”. (Cascardi 1992: p.7) Pode-se ampliar essa divisão do sujeito às possibilidades produzidas pela mídia em ambientes virtuais. Contudo, os comunitaristas virtuais precisam elaborar melhor sua idéia sobre o relacionamento entre, e as influências sobre, seus múltiplos eus para que sua posição seja convincente.

As atitudes em relação à construção deliberada da comunidade trazem à tona outras diferenças entre as duas orientações teóricas. Para Nancy, a comunidade não pode ser “feita”. Ela existe em um nível ontológico, dentro da relação entre

os seres humanos. Tentar criar uma comunidade é colocá-la a funcionar, restringindo ativamente a relação entre os seres designando qualidades ou restrições particulares. Assim, porém, prejudica-se a comunidade. Para Nancy, a tarefa é compreender a experiência da comunidade, ao invés de descrever ou criar comunidade. Trata-se de orientação aberta à crítica de ser politicamente apática e desprendida; de ser tão cuidadosa em evitar descrição, que a teoria enfraquece qualquer direcionamento ou incentivo político. Retirando-se da arena política, ela desconsidera as possibilidades de realizar benefícios práticos ou mudanças reais. Por outro lado, as comunidades virtuais são inegavelmente “feitas”, no sentido que a ilusão do espaço é criada para a produção e operação comunitária dentro de uma tecnologia criada por humanos. Isso, porém, não significa que a interação irá ocorrer automaticamente, nem que uma comunidade será formada, já que pessoas não podem ser forçadas a participar. Deve haver algo que obrigue ou motive sua participação. E nós precisaríamos reiterar a observação que já foi feita: o distanciamento que ocorre através dos processos desencarnados de participação em uma comunidade virtual não encoraja a atividade política encarnada, nem chama a atenção para atividade política existente fora daquela comunidade.

Concluindo, ambas as interpretações teóricas de comunidade dependem de uma tendência no sentido da realização de comunidade em abstrato: uma remoção da comunidade da esfera política real tanto quanto uma condição ontológica que parece dispensar a ação; uma experiência fenomenológica que envolve nossas mentes, mas não os nossos corpos. Ambos os entendimentos são a-históricos em orientação e falham em explicar adequadamente em que suas noções de comunidade estão baseadas e como elas podem ser integradas mais amplamente em uma comunidade realizada fisicamente.

Conclusão

As comunidades virtuais são celebradas como criadoras de espaço e forma para uma nova experiência de comunidade. Esta experiência é mostrada como múltipla, libertária, igualitária e, assim, propiciadora de uma experiência mais rica de união. No entanto, um exame crítico deste entendimento revela, paradoxalmente, um “emagrecimento” da complexidade da participação humana ao nível de transações unidimensionais e um abandono das responsabilidades políticas e sociais do “espaço real” por parte dos usuários de Internet. Esta tendência no sentido de uma retirada da esfera política ativa do espaço real, ou de abandono das tentativas de realizar uma forma encarnada de comunidade, se espelha nos trabalhos de outros teóricos contemporâneos da comunidade, como Jean-Luc Nancy.

Em seu desejo de evitar a colocação de tendências restritivas e totalizadoras na experiência ou compreensão do que é uma comunidade, os teóricos de orientação tecnológica e não-tecnológica a perderam de vista como possibilidade tangível, encarnada ou concreta, relegando-a ou à esfera da existência ontológica, pré-política ou pré-histórica; ou a uma existência experimental dentro dos módulos de um sistema de rede de computadores. Este movimento geral em direção à separação ou abstração da comunidade das possibilidades políticas do espaço real retira toda necessidade da ação direta, encarnada e política. A profundidade do comprometimento com os outros dentro de uma comunidade também diminui, questionando-se a possibilidade de responsabilidade pela coletividade. Como Nancy mesmo enfatiza, uma preocupação com o outro é vital para qualquer experiência válida de comunidade. No caso das comunidades virtuais, tal cuidado ético

raramente aparece.

O desenvolvimento da cultura e da tecnossocialidade virtuais no cotidiano traz consigo implicações contraditórias para a identidade e a comunidade. As comunidades virtuais enriquecem ou “arredondam” o uso de tecnologia ao encorajar a comunicação e a imaginação criativas. Crianças crescendo usando a mídia a verão como uma extensão de seu mundo, incluindo-a em suas bases de relacionamento. Isto em si mesmo terá conseqüências para os modos como elas experimentam a si mesmas e suas relações interpessoais. Mas devemos tomar cuidado com as alegações que fazemos sobre e as esperanças que investimos nas comunidades virtuais. Dependendo de entendimentos de comunidade que funcionam paradoxalmente concentrando a atenção sobre nossos seres, ao mesmo tempo em que nos distanciam de nossas relações corporificadas, podemos estar acentuando a compartimentalização contra a qual estamos lutando .

Notas

- * “Community in the abstract: a political and ethical dilemma?” Publicado originalmente em David Holmes (org.) *Virtual Politics: Identity and Community in Cyberspace*, London: Sage, 1997, pp.145-162. Reproduzido conforme editado em David Bell e Barbara Kennedy (orgs.) *The cybercultures reader*. Londres: Routledge, 2000, pp. 644-657.
- Michelle Wilson é doutora em ciência política pela Monash University e editora da *Arena Magazine* (Austrália). Traduzido por Francisco Araújo da Costa. Revisão de Francisco Rüdiger.